# INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.

entre

**NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.**

*como Emissora*

e

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*representando a comunhão dos titulares das Debêntures objeto da presente Emissão*

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

datado de

**10 de julho de 2018**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.

Pelo presente “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.*” (“**Escritura de Emissão**”), as partes:

1. **NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.**,sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Avenida Parque Sul, n° 2.138, Distrito Industrial, CEP 61939-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 07.467.822/0001-26, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará (“**JUCEC**”) sob o NIRE 23.300.010.868, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“**Emissora**”); e

e, de outro lado,

1. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**,instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 1.052, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definidas) (“**Agente Fiduciário**” e “**Debenturistas**”, respectivamente).

sendo, a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “**Partes**” e, individual e indistintamente, como “**Parte**”, vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar a presente Escritura de Emissão, mediante as cláusulas e condições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - AUTORIZAÇÕES
   1. A 1ª (primeira) emissão (“**Emissão**”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora (“**Debêntures**”), para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 476**”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“**Oferta**”), a celebração da presente Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão e da Oferta, são realizados com base nas deliberações tomadas em (i) Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 06 de julho de 2018 (“**AGE Emissora**”), nos termos do artigo 59, *caput*, e 122, IV, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) de acordo com o artigo 12, “ii”, do estatuto social da Emissora; e (ii) Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 06 de julho de 2018 (“**RCA Emissora**” e, em conjunto com a AGE Emissora, “**Aprovações da Emissora**”), de acordo com o artigo 17, “xii do Estatuto Social da Emissora”.
2. CLÁUSULA SEGUNDA - REQUISITOS

A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância dos requisitos abaixo indicados.

* 1. **Dispensa de Registro na CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**
     1. A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**”), e deverá ser objeto de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“**ANBIMA**”), nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” (“**Código ANBIMA**”), exclusivamente para envio de informações para a base de dados da ANBIMA, desde que expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, do Código ANBIMA até o envio da Comunicação de Encerramento (conforme abaixo definido) à CVM.
  2. **Arquivamento e Publicação dos Atos Societários**
     1. As atas das Aprovações da Emissora serão arquivadas na JUCEC e publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará (“**DOECE**”) e no jornal “Valor Econômico”, nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, conforme aplicável.
  3. **Inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos na JUCEC**
     1. A presente Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, serão inscritos na JUCEC, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora deverá, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme abaixo definidos) da presente data, ou da data de celebração de seus eventuais aditamentos, protocolar a presente Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, para inscrição na JUCEC.
     2. A Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do efetivo registro 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JUCEC.
  4. **Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**
     1. As Debêntures serão depositadas para:
        1. distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento Cetip UTVM (“**B3 - Segmento CETIP UTVM**”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3 - Segmento CETIP UTVM;
        2. negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“**CETIP 21**”), administrado e operacionalizado pela B3 - Segmento CETIP UTVM, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 - Segmento CETIP UTVM; e
        3. custódia eletrônica na B3 - Segmento CETIP UTVM.
     2. Não obstante o disposto na Cláusula 2.4.1(ii), as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor Profissional (conforme abaixo definido), observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ao cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476; e observadas, ainda, as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
     3. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme em vigor (“**Instrução CVM 539**”) e para os fins da Oferta, serão considerados “**Investidores Qualificados**”: (i) os Investidores Profissionais; (ii) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM 539; (iii) as pessoas físicas que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados. Nos termos do artigo 9º-C da Instrução da CVM 539, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios serão considerados Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

1. CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO SOCIAL DA EMISSORA
   1. Em conformidade com seu estatuto social, a Emissora tem por objeto social: (i) a fabricação, em estabelecimento próprio ou de terceiros, e comercialização de defensivos agrícolas, fitossanitários, domissanitários, adubos e fertilizantes e demais produtos para nutrição vegetal, como fertilizantes orgânicos, organominerais, biofertilizantes, adubos foliares, substratos e condicionadores de solos; (ii) a exploração de atividades agrícolas em geral, inclusive a produção, beneficiamento, tratamento, transporte, armazenagem, análise, embalagem, reembalagem, compra e venda, importação, exportação, comercialização, pesquisas e registro de sementes, mudas, plântulas (“**PLUS**”) e grãos de quaisquer flores ou frutos, por conta própria ou de terceiros; (iii) a exploração agropecuária e comercialização de seus produtos e subprodutos; (iv) a comercialização de máquinas e equipamentos agrícolas e de aplicação domissanitários; (v) a fabricação e comercialização de produtos desmoldantes, lubrificantes e penetrantes e outros de aplicação específica; (vi) a importação e exportação; (vii) a comercialização de grãos e *commodities*; (viii) a prestação de serviços de formulação de produtos para terceiros; (ix) a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista; (x) a aquisição, exploração e operação sob qualquer título legal de fábricas, instalações, loja ou laboratórios, e a instalação, manutenção e operação de maquinários, equipamentos ou utensílios destinados às mesmas, necessários ou convenientes para produção e transformação dos produtos referidos na alínea “(ii)”, acima; (xi) a produção, importação, exportação e comercialização de produtos agrícolas em geral, fertilizantes e demais produtos de nutrição vegetal, cereais, sementes agrícolas, cana-de-açúcar e outros tipos de cultivo em qualquer forma, inclusive germoplasma, mudas, mudas tratadas com defensivos agrícolas, resíduos de cana de açúcar e de quaisquer outros produtos, relacionados ao objeto social, por conta própria ou de terceiros; (xii) a representação de outras sociedades e a intermediação comercial de seus produtos; (xiii) a realização de pesquisas, estudos, projetos e investigações científicas de natureza agronômica, de defensivos agrícolas, de desenvolvimento e cultivo de plantas, de produtos domissanitários, de produtos de uso na saúde pública e de aperfeiçoamento de quaisquer produtos, substâncias, técnicas, soluções, variedades genéticas, composição, misturas químicas, sementes, fertilizantes e demais produtos de nutrição vegetal e tecnologias relacionadas com a atividade; e (xiv) a prestação de serviços técnicos especializados e administrativos inerentes às atividades acima enunciadas, bem como a prestação de serviços de engenharia agronômica em geral, incluindo, mas não se limitando a estes, a prestação de serviços de manejo varietal, tratamento fitossanitário, plantio e consultoria.
2. CLÁUSULA QUARTA - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS
   1. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados para reforço de capital de giro da Emissora.
3. CLÁUSULA QUINTA - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES
   1. **Número da Emissão**
      1. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.
   2. **Valor Total da Emissão**
      1. O valor total da Emissão é de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) (“**Valor Total da Emissão**”).
   3. **Quantidade de Debêntures**
      1. Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures.
   4. **Número de Séries**
      1. A Emissão será realizada em série única.
   5. **Banco Liquidante e Escriturador**
      1. A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 (“**Banco Liquidante**”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante da Emissão na prestação dos serviços relativos às Debêntures).
      2. A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, CEP 04538-132 inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 (“**Escriturador**”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures).
   6. **Data de Emissão** 
      1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2018 (“**Data de Emissão**”).
   7. **Conversibilidade** 
      1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, de emissão da Emissora.
   8. **Espécie** 
      1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, as Debêntures contarão com garantia adicional fidejussória, nos termos da Cláusula 5.28 abaixo.
   9. **Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures**
      1. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3 - Segmento CETIP UTVM, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na B3 - Segmento CETIP UTVM.
   10. **Prazo e Data de Vencimento** 
       1. As Debêntures terão prazo de 3 (três) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, no dia 15 de julho de 2021 (“**Data de Vencimento**”), ressalvadas as Hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definidas) ou da Aquisição Facultativa (conforme abaixo definida) para cancelamento da totalidade das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.
       2. A Emissora obriga-se a, na Data de Vencimento, realizar o pagamento das Debêntures pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data de seu efetivo pagamento, e eventuais valores devidos e não pagos, calculados na forma prevista nesta Escritura de Emissão.
   11. **Valor Nominal Unitário** 
       1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$10.000,00 (dez mil reais) (“**Valor Nominal Unitário**”).
   12. **Prazo de Subscrição e Integralização**
       1. Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto nos artigos 7º-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
   13. **Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização**
       1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com os procedimentos da B3 – Segmento CETIP UTVM. Caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição das Debêntures que forem integralizadas após a Primeira Data de Integralização será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização.
       2. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se “**Primeira** **Data de Integralização**” a data em que ocorrerá a primeira subscrição e a integralização das Debêntures.
   14. **Repactuação Programada**
       1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.
   15. **Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures**
       1. O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente.
       2. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extragrupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 - Segmento CETIP UTVM, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) (“**Taxa DI-*Over***”), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 2,30% (dois inteiros e trinta por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“**Remuneração**”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Pagamento da Remuneração. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

J = *VNe* x (*FatorJuros* – 1)

onde:

**J** = valor unitário da Remuneração das Debêntures devida em cada Data de Pagamento da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**VNe** = Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

**Fator Juros =** fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

*FatorJuros = FatorDI x FatorSpread*

Sendo que:

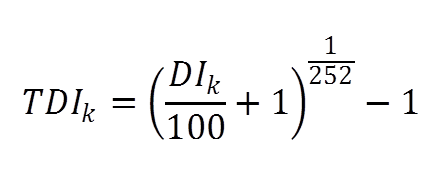
**Fator DI** = produtório das Taxas DI-Over, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Sendo que:

**n** = número total de Taxas DI-*Over* consideradas na apuração do produtório, sendo “n” um número inteiro;

**K** = número de ordem da Taxa DI*-Over*, variando de “1” até “n”; e

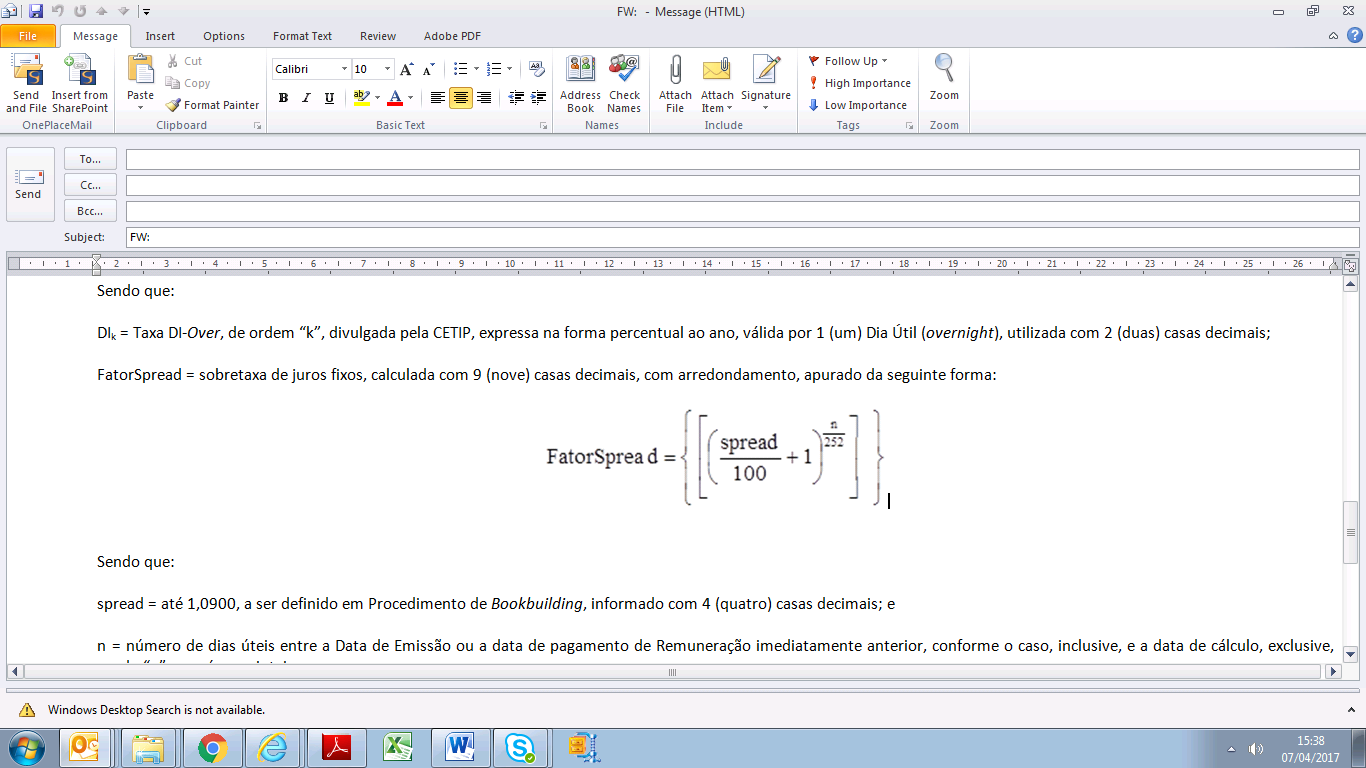
**TDIk** = Taxa DI*-Over*, de ordem “k”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:



onde:

**DIk** = Taxa DI*-Over*, de ordem “k”, divulgada pela B3 - Segmento CETIP UTVM, por meio do site da B3 – Segmento CETIP UTVM, utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

**Fator Spread =** sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Sendo que:

*spread* = 2,3000; e

n = número de dias úteis entre a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

(a)       A Taxa DI-*Over* deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela B3 - Segmento CETIP UTVM.

(b)       Efetua-se o produtório dos fatores (1 + TDIk), sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(c)       Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

(d)       O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

* + 1. Define-se período de capitalização (“**Período de Capitalização**”) como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Primeira Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a respectiva Data de Vencimento.
    2. **Indisponibilidade da Taxa DI-*Over***
       1. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, não houver divulgação da Taxa DI*-Over* pela B3 - Segmento CETIP UTVM, será aplicada na apuração da Remuneração a última Taxa DI*-Over* divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI*-Over* que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI*-Over* for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, ou caso seja extinta, ou haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI*-Over* a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 5.15.4.2, 5.15.4.3 e 5.15.4.4 abaixo.
       2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI*-Over* por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade legal de sua aplicação às Debêntures, inclusive em razão de determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos indicado acima nesta Cláusula ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação, convocar, nos termos da Cláusula 10 desta Escritura de Emissão, a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão) para a deliberação, de comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração, novo parâmetro este que deverá ser similar ao utilizado para a Taxa DI*-Over*, observado o disposto na Cláusula 5.15.4.3 abaixo. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a última Taxa DI*-Over* conhecida e, no caso de impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, a última Taxa DI*-Over* divulgada antes da referida impossibilidade legal.
       3. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), ou caso não seja atingido quórum de instalação ou deliberação da referida Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou da data em que a Assembleia Geral de Debenturistas deveria ter sido realizada, mas não foi, ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, não sendo devido qualquer prêmio aos Debenturistas. A Taxa DI*-Over* a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI*-Over* disponível, e, no caso de impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, a última Taxa DI*-Over* divulgada antes da referida impossibilidade legal.
       4. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI*-Over* venha a ser divulgada (i) entre a data de convocação e da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) de que trata a Cláusula 5.15.4.2 acima, esta não será mais realizada e a Taxa DI*-Over* então divulgada, a partir da respectiva data de divulgação, será utilizada para o cálculo da Remuneração; ou (ii) entre a data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas e da realização do resgate pela Emissora de que trata a Cláusula 5.15.4.3 acima, este não será mais realizado e a Taxa DI*-Over* então divulgada, a partir da data de divulgação, será utilizada para o cálculo da Remuneração.
  1. **Pagamento da Remuneração das Debêntures**
     1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, todo dia 15 (quinze) dos meses de julho e janeiro de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de janeiro de 2019 e o último na Data de Vencimento (“**Data de Pagamento da Remuneração**”).
  2. **Amortização do Principal**
     1. **Amortização Programada**
        1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado ou da Aquisição Facultativa (conforme abaixo definida), nos termos desta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento.
  3. **Resgate Antecipado Facultativo**
     1. As Debêntures não serão objeto de resgate antecipado, total ou parcial, a exclusivo critério da Emissora (“**Resgate Antecipado**”).
  4. **Aquisição Facultativa**
     1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previstas na Instrução CVM 476 e o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora (“**Aquisição Facultativa**”).
     2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 5.19.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.
  5. **Local de Pagamento**
     1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 - Segmento CETIP UTVM, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 - Segmento CETIP UTVM; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente B3 - Segmento CETIP UTVM (“**Local de Pagamento**”).
  6. **Prorrogação dos Prazos** 
     1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1° (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.
     2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura de Emissão, entende-se por “**Dia(s) Útil(eis)**” **(i)** com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3 – Segmento CETIP UTVM, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; **(ii)** com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da por meio da B3 – Segmento CETIP UTVM, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, e que não seja sábado ou domingo ou feriado declarado nacional; e **(iii)** com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão qualquer dia que não seja sábado ou domingo ou feriado na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará e na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
  7. **Encargos Moratórios**
     1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago (“**Encargos Moratórios**”).
  8. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos**
     1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora na forma da Cláusula 5.24 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou da disponibilidade do pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
  9. **Publicidade**
     1. Os atos e decisões relevantes a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados (i) (a) na forma de avisos publicados no DOECE e no jornal “Valor Econômico”, ou (b) por meio de envio de notificação individual aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário; e (ii) na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (“**Avisos aos Debenturistas**”). Os avisos e/ou anúncios aqui referidos deverão ser divulgados imediatamente após a ciência do(s) ato(s) ou fato(s) que originou(aram) esses avisos ou anúncios, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor ou nesta Escritura de Emissão.
     2. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá (i) enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo jornal de publicação e (ii) publicar, nos jornais anteriormente utilizados.
  10. **Imunidade de Debenturistas**
      1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.
      2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 5.25.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante ou pela Emissora.
      3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 5.25.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Liquidante por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.
  11. **Direito ao Recebimento dos Pagamentos**
      1. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
  12. **Direito de Preferência**
      1. Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.
  13. **Garantia Corporativa**
      1. Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora em decorrência das Debêntures e previstas na presente Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação (a) aquelas relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração, dos Encargos Moratórios, dos demais encargos relativos às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na data de vencimento, ou em virtude das hipóteses de amortização, resgate ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme aplicável, nos termos desta Escritura de Emissão; e (b) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que comprovadamente venham a ser desembolsadas no âmbito da Emissão, e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização da Garantia Corporativa (conforme abaixo definida) ou de sua excussão, além de verbas indenizatórias, conforme aplicável (“**Obrigações Garantidas**”), as Debêntures contarão com a garantia corporativa a ser outorgada, pela Nufarm Limited, sociedade devidamente constituída segundo as Leis da Austrália, com sede em Melbourne, Austrália (“**Garantidora**”), em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de acordo com os termos e condições descritos em instrumento apartado à presente Escritura de Emissão, denominado *Parent Company Guarantee* (“**Carta de Garantia**”), a ser entregue ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, nos termos da Cláusula 8.1(xxvi) abaixo (“**Garantia Corporativa**”).
      2. A Garantia Corporativa representa garantia pessoal constituída de acordo com as leis válidas e existentes do país de sua constituição. A Garantia Corporativa outorgada pela Garantidora é constituída e regida pelas leis válidas e existentes do Estado de Victoria, Austrália, sendo a Garantidora responsável pela totalidade das Obrigações Garantidas.
      3. A válida celebração, pela Garantidora da Carta de Garantia, a validade e exequibilidade da Carta de Garantia de acordo com as leis do Estado de Victoria, Austrália, serão confirmados ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, por meio de parecer jurídico emitido e entregue pelo escritório Arnold Bloch Leibler Lawyers and Advisers ao Agente Fiduciário.
      4. Cabe ao Agente Fiduciário convocar Assembleia Geral de Debenturista, para que os Debenturistas, em tal oportunidade, deliberem acerca da escolha de um representante, consultor ou advogado que deverá conduzir e requerer a execução da Garantia Corporativa se verificado, de acordo com esta Escritura de Emissão, qualquer inadimplemento de obrigação pecuniária pela Emissora, desde que tenha sido declarado o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão. Os Debenturistas estão cientes e de acordo que o procedimento de excussão da Garantia Corporativa será conduzido por terceiro contratado pelos Debenturistas exclusivamente para este fim, ficando a cargo do Agente Fiduciário o acompanhamento de referidos procedimentos e a representação dos Debenturistas, se assim deliberado pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturista.
      5. Uma vez comprovado pela Emissora o adimplemento integral das Obrigações Garantidas, a Garantia Corporativa será considerada liberada e a Garantidora exonerada, devendo o Agente Fiduciário tomar todas as medidas para a formalização da liberação e exoneração da Garantidora no âmbito da referida garantia, sendo certo que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou tampouco qualquer anuência dos Debenturistas para formalizar a liberação da Garantia Corporativa.
      6. Em qualquer circunstância, o Agente Fiduciário somente deverá proceder à liberação da Garantia Corporativa **(a)** caso não tenha conhecimento ou não tenha notificado a Emissora, previamente à liberação das Garantia Corporativa, acerca da ocorrência, conforme aplicável, de uma Hipótese de Vencimento Antecipado; ou **(b)** caso na ocorrência de um Hipótese de Vencimento Antecipado Não Automático, os Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada nos termos da Cláusula 10 abaixo, tenham deliberado sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
      7. Os demais termos e condições da Garantia Corporativa seguem descritos na Carta de Garantia.

1. CLÁUSULA SEXTA - CARACTERÍSTICAS DA OFERTA
   1. **Colocação e Procedimento de Distribuição**
      1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“**Coordenadores**”), sendo uma delas a instituição intermediária líder da Oferta, nos termos do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.*”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“**Contrato de Distribuição**”).
      2. Os Coordenadores organizarão a distribuição e colocação das Debêntures, observado o disposto na Instrução CVM 476, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos Investidores Profissionais (conforme abaixo definidos), seja justo e equitativo; e (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos clientes dos Coordenadores. O plano de distribuição será fixado pelos Coordenadores, em conjunto com a Emissora, levando em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora (“**Plano de Distribuição**”). O Plano de Distribuição será estabelecido mediante os seguintes termos:
         1. os Coordenadores poderão acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, nos termos do artigo 3º, incisos I e II da Instrução CVM 476;
         2. os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos no inciso (i) acima, conforme disposto no artigo 3º, parágrafo 1º, da Instrução CVM 476;
         3. não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a subscrição das Debêntures;
         4. não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures;
         5. serão atendidos os clientes Investidores Profissionais que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenadores com esses Investidores Profissionais, bem como outros investidores, desde que tais investidores sejam Investidores Profissionais, e assinem a Declaração de Investidor Profissional (conforme abaixo definida), nos termos do inciso (vi) abaixo;
         6. os Investidores Profissionais deverão assinar “**Declaração de Investidor Profissional**” atestando, dentre outros, estarem cientes de que (a) a Oferta não foi registrada na CVM, e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável;
         7. não será admitida a distribuição parcial das Debêntures;
         8. o prazo de colocação e distribuição pública das Debêntures seguirá as regras definidas na Instrução CVM 476; e
         9. a Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.
      3. Para os fins desta Escritura de Emissão, e nos termos da Instrução CVM 476, entende-se por “**Investidores Profissionais**” aqueles investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução CVM 539. Nos termos do artigo 9º-C da Instrução da CVM 539, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios serão considerados Investidores Profissionais apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.
2. CLÁUSULA SÉTIMA - VENCIMENTO ANTECIPADO
   1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.2 a 7.8 abaixo, o Agente Fiduciário deverá, observados os prazos de cura aplicáveis, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão na ocorrência das hipóteses descritas nas Cláusulas 7.1.1 e 7.1.2 abaixo, sem prejuízo das demais hipóteses expressamente previstas nos termos desta Escritura de Emissão (cada uma, uma “**Hipótese de Vencimento Antecipado**”):
      1. Constituem Hipóteses de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.2 abaixo (em conjunto, “**Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático**”):
         1. pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da Emissora, Garantidora e/ou qualquer das subsidiárias da Emissora (“**Subsidiárias da Emissora**”), independentemente de ter sido requerida homologação judicial do plano respectivo e independentemente de deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial;
         2. extinção, liquidação, insolvência, dissolução, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora e/ou Garantidora;
         3. não pagamento de qualquer obrigação pecuniária das Debêntures na respectiva data de vencimento, não sanada em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que se tornou devida;
         4. cisão, incorporação ou fusão da Emissora e da Garantidora e/ou venda de participações societárias e/ou realização de qualquer outra forma de reorganização societária que resulte em mudança ou transferência de controle acionário direto ou indireto da Emissora e da Garantidora, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
         5. transferência de controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou das Subsidiárias da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
         6. vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras (a) da Emissora, e/ou das Subsidiárias da Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas; (b) da Garantidora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a AUD$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares australianos), ou o equivalente em outras moedas;
         7. não cumprimento de qualquer decisão administrativa e/ou arbitral final e não sujeita a recurso ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou as Subsidiárias da Emissora, no prazo de pagamento estipulado na respectiva decisão, cujo valor ultrapasse R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas;
         8. sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexequibilidade de qualquer documento referente à presente Emissão;
         9. redução de capital social, exceto para absorção de prejuízos;
         10. resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer das suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto o pagamento de dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações;
         11. alteração do tipo societário da Emissora de modo que a Emissora deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
         12. alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração de suas atividades principais;
         13. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão;
         14. constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre bens da Emissora, cujo valor individual ou agregado ultrapasse R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), incluindo novos gravames sobre bens já onerados na data de assinatura desta Escritura de Emissão, exceto (a) pelos bens, incluído participações societárias, já gravados ou onerados em razão de negócios jurídicos anteriores à data de assinatura desta Escritura de Emissão ou gravados ou onerados no âmbito da Emissão; (b) garantias prestadas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“**BNDES**”), ao respectivo agente financeiro de repasse do BNDES ou a instituições de fomento (incluindo a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP), no âmbito de operações de financiamento, quando a referida garantia for exigida por lei.
         15. subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal;
         16. descumprimento de Sanções (conforme abaixo definido);
         17. não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão de acordo com a finalidade descrita; e
         18. redução do patrimônio líquido consolidado da Emissora, independente do objetivo, sem a prévia anuência dos debenturistas.
      2. Constituem Hipóteses de Vencimento Antecipado que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.3 abaixo, quaisquer dos eventos previstos em lei e/ou quaisquer dos seguintes eventos (em conjunto, “**Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático**” e, em conjunto com as **Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático**, “**Hipóteses de Vencimento Antecipado**”):
         1. descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária descrita na Escritura de Emissão das Debêntures, não sanada em até 15 (quinze) dias contados da respectiva ocorrência, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais eventos de vencimento antecipado aqui previstos;
         2. protestos de títulos contra a Emissora e/ou as Subsidiária da Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), sendo este valor atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exceto se no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tenha sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada e devidamente obtida medida judicial adequada para anulação, cancelamento ou sustação de seus efeitos;
         3. não pagamento de quaisquer obrigações financeiras (a) da Emissora, e/ou das Subsidiárias da Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, e/ou (b) da Garantidora, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a AUD$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares australianos), ou o equivalente em outras moedas, e que não seja regularizada(o) no prazo previsto no respectivo instrumento contratual, ou, na ausência de prazo específico para tanto, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que a Emissora, a Garantidora e/ou de as Subsidiárias da Emissora, conforme aplicável, seja notificada pelos respectivos credores e agentes fiduciários, conforme o caso;
         4. não cumprimento de qualquer decisão judicial, administrativa e/ou arbitral, mandado de penhora ou processo semelhante contra a Emissora e/ou as Subsidiárias da Emissora, no prazo de pagamento estipulado na respectiva decisão, cujo valor ultrapasse R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas;
         5. caso as declarações feitas pela Emissora na Escritura de Emissão provem-se ou revelem-se falsas, incorretas, inconsistentes e/ou insuficientes (nestes três últimos casos, em qualquer aspecto relevante);
         6. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, que impeçam o regular exercício das atividades pela Emissora;
         7. ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, das propriedades e/ou das ações do capital social da Emissora, que possa causar um Efeito Adverso Relevante que dificulte o cumprimento das obrigações da Emissora em relação às Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão;
         8. ocorrência de eventos que possam afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora, das Subsidiárias da Emissora e da Garantidora e que possam impactar negativamente que dificulte o cumprimento das obrigações da Emissora em relação às Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão;
         9. ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens da Emissora, desde que em dimensões que dificulte o cumprimento das obrigações da Emissora em relação aos valores da Emissão;
         10. não manutenção, após verificação anual, dos seguintes índices financeiros (“**Índices Financeiros**”):

“Dívida Financeira Líquida” /”EBITDA” menor ou igual a 3,5x;

“EBITDA” / “Índice de Cobertura de Juros” maior ou igual a 3,0x;

Sendo que:

“**Dívida Financeira Líquida**” significa a Dívida Total (conforme abaixo definido) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras);

“**Dívida Total**” significa o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas do Grupo (conforme abaixo definido), incluindo dívidas de veículos de securitização de recebíveis e excluindo qualquer outro instrumento ou passivo remunerado que é classificado como capital próprio;

“**EBITDA**” significa (a) o EBIT (conforme abaixo definido) do Grupo para o respectivo período; adicionados aos valores de (b) depreciação e amortização de propriedade, planta, equipamento e ativo intangível do Grupo, que serão divulgados através das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo;

“**EBIT**” significa o resultado operacional consolidado do Grupo antes de deduzidos os impostos e juros, dos 12 (doze) meses anteriores, calculado de acordo com as Normas Contábeis, excluindo: (a) receitas e despesas extraordinárias[[1]](#footnote-2); (b) lucros e perdas contabilizados no capital próprio; e (c) ganhos e perdas não realizados na reavaliação de ativos.

Na hipótese de alguma empresa do Grupo adquirir uma propriedade, negócio ou ativo durante o período de 12 (doze) meses seguintes da aquisição e na medida em que não sejam subsequentemente vendidos ou transferidos pelo Grupo, o EBIT do ativo adquirido, deverá ser adicionado ao EBIT do Grupo. O EBIT do ativo adquirido será determinado, da seguinte forma:

se disponível, o EBIT do ativo adquirido; ou

se não disponível, o EBIT do ativo adquirido estimado durante o processo de *due dilligence* da aquisição, validado por uma empresa de contabilidade renomada, excluindo qualquer economia de custos e sinergias não realizadas no período. Nas duas hipóteses, o EBIT a ser considerado deverá ser autorizado por um diretor e o diretor financeiro, ou por dois diretores da Garantidora.

Caso um ativo do Grupo seja alienado, o EBIT correspondente deverá ser subtraído do EBIT do Grupo.

“**Grupo**” significa a Garantidora e suas Subsidiárias da Garantidora (incluindo qualquer sociedade na qual cada Subsidiária seja responsável pela gestão);

“**Índice de Cobertura de Juros**” significa o EBITDA dividido pela Despesa Financeira Líquida do Grupo.

No caso, de alguma empresa do Grupo adquirir uma propriedade, negócio ou ativo, e o EBIT estimado ser considerado no cálculo do EBIT do Grupo, a Despesa Financeira deverá ser ajustada para refletir também a Despesa Financeira do ativo adquirido estimada durante o processo de *due dilligence* da aquisição, validado por uma empresa de contabilidade e auditoria renomada.

Onde,

“**Despesa Financeira**” significa quaisquer juros, comissões, multas e outros valores de natureza financeira ou pagamentos que tenham um efeito ou propósito similar em relação ao endividamento financeiro que é classificado como uma despesa de juros, inclusive relacionados a operações de securitização de recebíveis.”

“**Norma Contábil**” significa todas as normas contábeis vigentes que a Emissora tem como obrigação seguir e ter os respectivos registros. A Emissora segue as normas contábeis da Austrália juntamente com a adoção as normas contábeis globais IFRS.

“**Subsidiárias da Garantidora**” tem o significado dado na legislação aplicável à Garantidora.

A apuração dos indicadores deverá ser realizada anualmente por auditor independente, com base nas respectivas demonstrações e/ou informações financeiras consolidadas divulgadas pela Garantidora, elaboradas em conformidade com o disposto nas normas contábeis aplicáveis e auditadas e/ou objeto de revisão limitada por auditor independente, devendo ser enviada a referida apuração ao Agente Fiduciário, sendo a primeira verificação ao período findo em 31 de julho de 2018, conforme metodologia a ser definida durante o processo de estruturação.

* 1. A ocorrência de quaisquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático previstas na Cláusula 7.1.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.
  2. Na ocorrência das Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático previstas na Cláusula 7.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas , a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula 10 abaixo, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
  3. Na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 7.3 acima, Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação poderão decidir por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
  4. Na hipótese: (i) da não instalação, em primeira e em segunda convocação, das referidas Assembleias Gerais de Debenturistas ou, ainda que instalada, não for obtido quórum em segunda convocação; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 7.4 acima, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures.
  5. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização (inclusive) ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, de forma *pro rata temporis*, até a data de seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, observados os procedimentos estabelecidos na Cláusula 7.7 abaixo.
  6. O resgate das Debêntures de que trata a Cláusula 7.6 acima, assim como o pagamento de tais Debêntures serão realizados observando-se os procedimentos do Escriturador independentemente da data de ocorrência do vencimento antecipado.
  7. A B3 – Segmento CETIP UTVM deverá ser comunicada, por meio de correspondência do Agente Fiduciário, com cópia ao Banco Liquidante, Escriturador e à Emissora, da ocorrência do vencimento antecipado, imediatamente após a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

1. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA
   1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto não houver o adimplemento integral das Obrigações Garantidas pela Emissora, esta obriga-se, conforme aplicável, a:
      * 1. fornecer ao Agente Fiduciário:
           1. a partir de 31 de julho de 2019, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia: (i) de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; e (ii) da declaração assinada por representantes legais da Emissora com poderes para tanto atestando (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas na Cláusula 7 acima; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora; (d) que seus bens foram mantidos devidamente segurados; e (e)  a inexistência de descumprimento de obrigações, principais e acessórias, da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura de Emissão;
           2. em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário, na medida em que o fornecimento de tais informações não seja vedado por legislação ou regulamentação a que a Emissora ou seu grupo econômico estejam sujeitos, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da e da Instrução da CVM nº 583, de 20 de dezembro de 2016, conforme em vigor (“**Instrução CVM 583**”);
           3. qualquer correspondência, notificação, judicial ou extrajudicial, solicitação e/ou despachos de órgãos administrativos recebidos pela Emissora relativas à Emissão e às Debêntures e na medida em que o fornecimento de tais informações não seja vedado por legislação ou regulamentação a que a esteja sujeita, e/ou informações a respeito da ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado, em até 5 (cinco) Dias Úteis imediatamente após o conhecimento, pela Emissora;
           4. cópia dos avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões da Diretoria da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) Dias Úteis após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
           5. caso solicitado, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva data de solicitação do Agente Fiduciário neste sentido;
           6. o organograma societário do grupo da Emissora, as informações financeiras, os atos societários, bem como qualquer documentação solicitada que venham a ser necessários à realização do relatório mencionado na Cláusula 9.5.1(xix) abaixo e que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter controladores, controladas, sociedades sob controle comum e coligadas da Emissora, e integrantes do seu bloco de controle na data de encerramento de cada exercício social; e
           7. comunicar a ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado, em até 1 (um) Dia Útil a contar do conhecimento de sua ocorrência.
        2. abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio à CVM, de comunicado informando o encerramento da Oferta (“**Comunicação de Encerramento**”), salvo nas hipóteses previstas no artigo 48, no inciso II, da Instrução CVM 400;
        3. abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de: (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
        4. preparar e proceder à adequada publicidade dos seus dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
        5. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil;
        6. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário sobre a convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
        7. comunicar, por meio eletrônico, ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data do respectivo recebimento, sobre eventual autuação pelos órgãos responsáveis pela fiscalização de normas ambientais e trabalhistas no que tange a saúde e segurança ocupacional, trabalho em condições análogas a escravo e trabalho infantil, bem como, no mesmo prazo, a contar do respectivo conhecimento, sobre a revogação, cancelamento ou não obtenção de autorizações ou licenças necessárias para o seu funcionamento, ou ainda, a ocorrência de outros eventos ou situações que possam causar um Efeito Adverso Relevante;
        8. comparecer, por meio de seus representantes, à Assembleia Geral de Debenturistas, sempre que solicitado;
        9. manter seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
        10. cumprir com todas as determinações emanadas da B3 - Segmento CETIP UTVM e/ou da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e/ou pela B3 - Segmento CETIP UTVM;
        11. não realizar operações fora de seu respectivo objeto social e não praticar qualquer ato em desacordo com seu respectivo estatuto social e/ou com esta Escritura de Emissão, conforme aplicável;
        12. obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor, todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações, ressalvados os casos em que possua provimento jurisdicional vigente autorizando a sua atuação sem as referidas autorizações, aprovações ou licenças, ou nos casos em que tais autorizações, aprovações ou licenças estejam no processo legal de obtenção ou renovação, desde que obedecidos os prazos regulamentares ou legais para tanto;
        13. recolher, tempestivamente, quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam atribuídos à Emissora, exceto por aqueles que estejam comprovadamente sendo discutidos de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial;
        14. manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto se contestados de boa-fé nas esferas judicial e/ou administrativa;
        15. contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitação, o Banco Liquidante, o Escriturador, o Agente Fiduciário; e o ambiente de negociação das Debêntures no mercado secundário, na B3 - Segmento CETIP UTVM, bem como todas e quaisquer outras providências razoavelmente necessárias para a manutenção das Debêntures e da Garantia Corporativa;
        16. arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu depósito na B3 - Segmento CETIP UTVM; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão e à Oferta, tais como esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e os atos societários da Emissora e (c) das despesas com a contratação dos prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando ao Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador;
        17. guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;
        18. manter as Debêntures depositadas para negociação por meio do CETIP 21 durante todo o prazo de vigência das Debêntures e efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao depósito das Debêntures na B3 - Segmento CETIP UTVM;
        19. efetuar o pagamento das despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, em conformidade com o disposto na Cláusula 9 abaixo;
        20. cumprir e/ou fazer cumprir, em qualquer jurisdição na qual realize negócios, integralmente a Legislação Socioambiental e trabalhista em vigor aplicável à Emissora, no âmbito de sua jurisdição, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e/ou a seus trabalhadores decorrentes de suas ações ou das atividades, não utilizando, em suas atividades comerciais e vinculadas a seu respectivo objeto social, formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado e/ou mão de obra infantil prejudicial. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências socioambientais exigidas por autoridades competentes para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos ambientais e de proteção aos trabalhadores, órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais e trabalhistas em vigor;
        21. cumprir as leis e regulamentos nacionais e internacionais as quais estejam sujeitas contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas sem limitação, a Lei n° 12.846 de 1 de agosto de 2013 (“**Lei nº 12.846/13**”), a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 (“**Leis Anticorrupção**”);
        22. adotar, durante o período de vigência das Debêntures, as medidas e ações destinadas a identificar, evitar, corrigir ou mitigar danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho;
        23. orientar, sem por eles responsabilizar-se, seus fornecedores e prestadores de serviços para que adotem as melhores práticas de proteção ao meio ambiente e relativas à segurança e saúde do trabalho, inclusive no tocante a não utilização de trabalho infantil ou análogo ao escravo, quando possível mediante condição contratual específica;
        24. não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie das Debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
        25. não realizar e nem autorizar, seus administradores, prestadores de serviços e/ou contratados e/ou funcionários, a realizar, em benefício próprio ou para a Emissão, (a) o uso de recursos para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, ou quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; e/ou (c) qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal;
        26. entregar ao Agente Fiduciário, em até 90 (noventa) dias contados da Primeira da Integralização das Debêntures, a via original da Carta de Garantia devidamente notarizada, apostilada e registrada nos cartórios de títulos e documentos competentes, acompanhada de sua respectiva tradução juramentada; e
        27. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor, nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476, a Emissora obriga-se:
            1. preparar as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social, e se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
            2. submeter as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
            3. no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
            4. por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no subitem (c) acima em sua página na Internet;
            5. observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Instrução CVM 358**”) no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
            6. divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário e aos Coordenadores;
            7. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela B3 - Segmento CETIP UTVM;
            8. divulgar em sua página na rede mundial de computadores o relatório anual e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento, observado ainda o disposto na Cláusula 9.5.1(xix) abaixo.
   2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no âmbito da B3 - Segmento CETIP UTVM sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria.
2. CLÁUSULA NONA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO
   1. **Nomeação**
      1. A Emissora nomeia e constitui o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, observado o disposto na Instrução CVM 583.
   2. **Declaração**
      1. O Agente Fiduciário declara que, neste ato, sob as penas da lei:
         1. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
         2. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
         3. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão tem, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatário, tem os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
         4. verificou a veracidade das informações relativas à Garantia Corporativa e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
         5. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
         6. não tem qualquer impedimento legal para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e os artigos 5º e 6º da Instrução CVM 583 para exercer a função que lhe é conferida;
         7. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
         8. conhece e aceita integralmente a presente Escritura de Emissão, bem como todas as suas respectivas Cláusulas e condições;
         9. não tem nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
         10. está ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil (“**BACEN**”), bem como de toda a regulamentação aplicável emanada do BACEN, da CVM e de entidades autorreguladoras;
         11. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
         12. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 5º da Instrução CVM 583;
         13. está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
         14. esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
         15. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
         16. não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso sobre os seus negócios ou suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
         17. assegura e assegurará tratamento equitativo a todos os titulares de valores mobiliários, respeitadas as garantias, as obrigações e os direitos específicos atribuídos aos respectivos titulares de valores mobiliários de cada emissão ou série descritas no inciso (xviii) abaixo; e
         18. na data de celebração da presente Escritura de Emissão e com base no organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário declara, para os fins do artigo 6º, parágrafo 2º, inciso I, da Instrução CVM 583, que inexistem outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que atue como agente fiduciário.
      2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 9.4 abaixo.
   3. **Remuneração do Agente Fiduciário** 
      1. A título de remuneração pelos serviços prestados pelo Agente Fiduciário será devida pela Emissora uma parcela anual de R$10.000,00 (dez mil reais), sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado em até 05 (cinco) dias corridos da data de assinatura desta Escritura de Emissão e as próximas parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes, calculadas *pro rata die*, caso necessário. Caso as Debêntures não sejam quitadas até a Data de Vencimento, serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures. O cálculo dos Índices Financeiros será realizado por auditor independente, sendo certo que a Emissora disponibilizará o relatório do auditor com o cálculo dos Índices Financeiros ao Agente Fiduciário (“**Remuneração do Agente Fiduciário**”).
      2. No caso de (a) inadimplemento no pagamento das Debêntures; (b) reestruturação das condições das Debêntures após a emissão; (c) participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão; ou (d) atendimento à solicitações extraordinárias, serão adicionalmente devidas ao Agente Fiduciário o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantia, conforme caso; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, conforme o caso; (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.
      3. No caso de celebração de aditamentos ao instrumento de emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.
      4. Os impostos incidentes sobre a Remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidos às parcelas mencionadas acima nas respectivas datas de pagamento. Adicionalmente, todos os valores mencionados acima serão atualizados pelo Índice Geral de Preços o Mercado (IGP-M), sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão.
      5. A Remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias outorgadas às Debêntures e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.
      6. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora em até 30 (trinta) dias contados da entrega, à Emissora, de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.
      7. Eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário, ou alterações nas características ordinárias da operação facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários acordados. Além disso, não estão incluídos nos valores devidos pela Emissora ao Agente Fiduciário a excussão de eventual garantia outorgada no exterior, sendo certo que tal excussão não caberá ao Agente Fiduciário.
   4. **Substituição**
      1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, este deverá ser substituído dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados dos eventos ora descritos, mediante deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual deverá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, podendo ser convocada por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que, em casos excepcionais, a CVM poderá proceder à convocação da assembleia para a escolha de novo agente fiduciário ou nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.
      2. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário.
      3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.
      4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
      5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser inscrita na JUCEC, sendo certo que, a substituição do Agente Fiduciário deverá ser comunicada à CVM no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis, contados do referido registro, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 583.
      6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou até o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável.
      7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.
   5. **Deveres**
      1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, em especial a Instrução CVM 583, ou na presente Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
         1. exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os titulares dos valores mobiliários;
         2. representar os interesses dos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;
         3. celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão, nos termos aqui previstos;
         4. tomar todas as providências necessárias para que os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, realizem seus créditos, observado o disposto nesta Escritura de Emissão;
         5. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
         6. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
         7. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, na forma do artigo 7º da Instrução CVM 583, para deliberar sobre sua substituição;
         8. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
         9. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas à Garantia Corporativa e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
         10. diligenciar junto à Emissora para que esta Escritura de Emissão, bem como de seus respectivos aditamentos, sejam registrados nos órgãos competentes, adotando, no caso de omissão da Emissora, as medidas previstas em lei e nesta Escritura de Emissão;
         11. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias pela Emissora, alertando os Debenturistas no relatório anual previsto no inciso (xix) abaixo, acerca de eventuais inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
         12. examinar proposta de substituição da Garantia Corporativa, manifestando sua opinião a respeito do assunto de forma justificada;
         13. opinar sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
         14. verificar a regularidade da constituição da Garantia Corporativa, bem como o valor da Garantia Corporativa, conforme aplicável, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, ressalvando a possibilidade de contratação de terceiros especializados para promover a execução da referida garantia, nos termos das disposições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável;
         15. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e da Garantidora, conforme aplicável em relação à Emissora e à Garantidora;
         16. solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa na Emissora, cujo custo deverá ser arcado pela Emissora nos termos previstos nesta Escritura de Emissão;
         17. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos jornais previsto na Cláusula 5.24 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, às expensas da Emissora;
         18. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
         19. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 15 e do Anexo 15 da Instrução CVM 583, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
             1. cumprimento, pela Emissora, das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
             2. alterações estatutárias ocorridas no período com efeitos relevantes para os Debenturistas;
             3. comentários sobre os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora relacionados às cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;
             4. quantidade de Debêntures emitidas, em circulação e saldo cancelado do período, conforme aplicável;
             5. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento da Remuneração realizados no período;
             6. constituição e aplicações em fundo de amortização ou outros tipos de fundos, quando houver;
             7. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
             8. relação dos bens e valores eventualmente entregues a sua administração, quando houver;
             9. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
             10. manutenção da suficiência e exequibilidade da Garantia Corporativa;
             11. existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado no mesmo exercício como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 6, parágrafo 2º, e no item XI do Anexo 15 da Instrução CVM 583; e
             12. declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário a continuar no exercício de suas funções.
         20. divulgar em sua página na rede mundial de computadores (www.oliveiratrust.com.br) o relatório de que trata o inciso (xix) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, na forma do artigo 15 e do Anexo 15 da Instrução CVM 583, bem como, no mesmo prazo, enviar à Emissora, para divulgação na forma prevista em regulamentação específica, sendo certo que o Agente Fiduciário deverá manter o referido relatório disponível para consulta pública na sua página na rede mundial de computadores pelo prazo de 3 (três) anos;
         21. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador, o Banco Liquidante e a B3 - Segmento CETIP UTVM, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição, integralização ou aquisição das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a B3 - Segmento CETIP UTVM a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive a divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos Debenturistas;
         22. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas caso venha a ser possível, no futuro, o resgate parcial, nos termos desta Escritura de Emissão;
         23. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
         24. comunicar os Debenturistas a respeito de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo as obrigações relativas as garantias e a Cláusulas destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário do inadimplemento;
         25. disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores lista atualizada das emissões em que exerce a função de agente fiduciário;
         26. acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
         27. acompanhar, em cada data de pagamento, através de confirmação junto à Emissora, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.
      2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.
      3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da Emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir nos termos desta Escritura de Emissão ou conforme instruções que venham a ser transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 583 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis e das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão.
   6. **Atribuições Específicas**
      1. No caso de inadimplemento de quaisquer condições da Emissão, o Agente Fiduciário deve usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou nesta Escritura de Emissão para proteger direitos ou defender os interesses dos Debenturistas, na forma do artigo 12 da Instrução CVM 583 e observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações.
3. CLÁUSULA DÉCIMA - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
   1. **Convocação**
      1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral (“**Assembleia Geral de Debenturistas**”), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas.
      2. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
      3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á conforme Lei das Sociedades por Ações.
      4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.
      5. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.
   2. **Quórum de Instalação**
      1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem 80% (oitenta por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.
      2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se “**Debêntures em Circulação**” todas as Debêntures subscritas e integralizadas, não resgatadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e, ainda, para fins de constituição de quórum, aquelas de titularidade de empresas controladas, controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob controle comum, administradores da Emissora.
   3. **Mesa Diretora**
      1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pela comunhão dos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.
   4. **Quórum de Deliberação**
      1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.
      2. Sem prejuízo de outros quóruns expressamente previstos nas demais Cláusulas desta Escritura de Emissão e observado o disposto no item 10.4.3(ii) da Cláusula 10.4.3 abaixo, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, inclusive os casos de renúncia ou perdão temporário para as Hipóteses de Vencimento Antecipado, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.
      3. Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 10.4.2 acima:
         1. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
         2. as alterações (a) da Remuneração, (b) do prazo de vigência das Debêntures; (c) das disposições desta Cláusula 10.4.3; (d) de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (e) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (f) da espécie das Debêntures; (g) do prazo de vigência das Debêntures; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas ao Resgate Antecipado; (j) da Garantia Corporativa; e (k) da redação de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado, os quais deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
   5. **Outras disposições aplicáveis à Assembleia Geral de Debenturistas** 
      1. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que, nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.
      2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
      3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.
      4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
4. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA
   1. Sem prejuízo das demais declarações prestadas nesta Escritura de Emissão, a Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, conforme aplicável, que:
      * 1. é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e validamente existente segundo as leis da República Federativa do Brasil;
        2. está devidamente autorizada e, exceto pela concessão do registro para distribuição e negociações das Debêntures na B3 - Segmento CETIP UTVM, nos termos da Cláusula 2.4.1 acima, obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão e da Oferta de que seja parte e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e à realização da Emissão e da Oferta;
        3. seus representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e de acordo com seu estatuto social;
        4. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, incisos I e III, Código de Processo Civil;
        5. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão e da Oferta de que sejam parte, a assunção e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a realização da Emissão, da Oferta, a constituição da Garantia Corporativa não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem podem resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (c) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos; (d) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que esteja sujeita; e (e) infração a qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que a afete e/ou qualquer de seus ativos;
        6. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental, órgão regulatório ou terceiro (incluindo, mas sem limitação no que diz respeito aos aspectos legais, contratuais, societários e regulatórios), é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos das Debêntures e para a realização da Emissão, da Oferta, exceto: (a) pelo arquivamento das Aprovações da Emissora na JUCEC; (b) pela publicação das Aprovações da Emissora no DOECE e no jornal “Valor Econômico”; (c) pela inscrição desta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, na JUCEC; (d) pelo depósito das Debêntures na B3 - Segmento CETIP UTVM; e (e) pela comunicação de início da oferta à CVM, nos termos do art. 7-A da Instrução CVM 476;
        7. tem todas as autorizações, licenças e alvarás exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, sendo que, até a presente data, não foi notificada acerca da revogação de quaisquer autorizações, licenças e alvarás listados acima ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer uma delas, e que impeça o regular exercício de suas atividades, exceto para as quais possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas autorizações, licenças e alvarás ou se nos casos tais autorizações, licenças e alvarás estejam em processo legal de renovação durante o prazo legal;
        8. suas demonstrações financeiras apresentam de maneira adequada sua situação financeira nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Emissora, não houve qualquer operação que a envolva e esteja fora do curso normal de seus negócios, assim como não houve aumento substancial de seu endividamento;
        9. exceto nos casos em que não tenha conhecimento por não terem sido citadas, esta declara e garante que não é parte de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ajuizados ou instaurados contra si que, no seu entendimento, possa resultar em qualquer Efeito Adverso Relevante, (a) em sua situação (econômica, financeira ou operacional), nos seus negócios, bens, ativos, resultados operacionais; (b) no pontual cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão; e/ou (c) nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos demais documentos que instruem a Emissão e a Oferta de que sejam parte (“**Efeito Adverso Relevante**”);
        10. não tem conhecimento de fato ou ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
        11. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e não ocorreu, nem está em curso, na presente data, qualquer evento ou ato que possa configurar uma Hipótese de Vencimento Antecipado;
        12. inexiste (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em que a Emissora tenha sido citada, em qualquer dos casos deste inciso, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
        13. está cumprindo, em todos os aspectos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e necessárias para a execução de seu objeto social, incluindo, mas sem limitação, a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente (incluindo mas não se limitando à legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA). Adicionalmente, suas atividades não incentivam a prostituição, tampouco utilizam ou incentivam mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente (“**Legislação Socioambiental**”) e que a utilização dos valores objeto da Emissão não implicará na violação da Legislação Socioambiental;
        14. cumpre e faz cumprir, bem como suas controladas, controladoras ou sob controle comum, de forma direta ou indireta, acionistas ou funcionários, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei n.º 12.846/13, na medida em que (a) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (b) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento; (c) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicará imediatamente ao Agente Fiduciário que poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e (e) realizará eventuais pagamentos devidos aos Debenturistas, observados os procedimentos da B3 – Segmento CETIP UTVM;
        15. não omitiu qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira, reputacional ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
        16. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI *Over*, divulgada pela B3 - Segmento CETIP UTVM, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;
        17. está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, salvo por aquelas que estejam sendo discutidas judicialmente de boa-fé ;
        18. possui justo título dos direitos necessários para assegurar suas atuais operações e o seu regular funcionamento;
        19. cumpre e faz cumprir as normas aplicáveis que versam sobre as Sanções (conforme definido a seguir) em todos os aspectos. Para efeitos desta Escritura de Emissão “**Sanções**” significa quaisquer leis, orientações e/ou outros atos normativos, sanções legais, comerciais ou financeiras, embargos, restrições e/ou medidas restritivas direta ou indiretamente aplicáveis às atividades desenvolvidas pela Emissora e pela Garantidora, impostas pela (i) Organização das Nações Unida, (ii) União Europeia, (iii) Países Baixos (iv) Reino Unido, (v) Estados Unidos da América; (vi) do Brasil (incluindo, mas não se limitando, a Lei 13.170/2015), e/ou (vii) outra autoridade competente dos países onde a Emissora e a Garantidora exercem suas atividades;
        20. mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas que usualmente adotada; e
        21. (a) os documentos e as informações fornecidos por ocasião da Oferta incluindo, mas não se limitando, àquelas contidas nesta Escritura de Emissão são verdadeiros, consistentes, completos corretos e suficientes, permitindo aos investidores da Oferta uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (b) não tem conhecimento de informações que não aquelas mencionadas no item (a) acima e conforme constem dos documentos da Oferta disponibilizados até esta data (1) cuja omissão faça com que qualquer informação do material de divulgação da Oferta, seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente e/ou (2) que possam resultar em um Efeito Adverso Relevante.
   2. Sem prejuízo do disposto acima, a Emissora deverá notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações prestadas pela Emissora na presente Escritura de Emissão se tornem, total ou parcialmente, inverídicas, incompletas ou incorretas.
5. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - COMUNICAÇÕES
   1. Todas as comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser sempre realizadas por escrito e ser encaminhadas para os seguintes endereços:
      * 1. Para a Emissora:

NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.

Rua Samuel Morse, 74, Brooklin

CEP 04576-060 – São Paulo, SP

At.: José Eduardo Boé

Telefone: +55 (11) 2165-0994

E-mail: eduardo.boe@nufarm.com

* + - 1. Para o Agente Fiduciário:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, 3434, bloco 7, sala 201

CEP 22640-102 - Rio de Janeiro, RJ

At. Sr. Antonio Amaro e Sra. Maria Carolina Abrantes Lodi de Oliveira

Telefone: +55 (21) 3514-0000

Fax: +55 (21) 3514-0099

E-mail: [antonio.amaro@oliveiratrust.com.br](mailto:antonio.amaro@oliveiratrust.com.br) / maria.carolina@oliveiratrust.com.br

* + - 1. Para o Banco Liquidante:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa

CEP 04344-902 - São Paulo, SP

At.: André Sales

Telefone: +55 (11) 2740-2568

E-mail: [escrituracaorf@itau-unibanco.com.br](mailto:escrituracaorf@itau-unibanco.com.br)

* + - 1. Para o Escriturador:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar

CEP 04538-132 - São Paulo, SP

At.: André Sales

Telefone: +55 (11) 2740-2568

E-mail: [escrituracaorf@itau-unibanco.com.br](mailto:escrituracaorf@itau-unibanco.com.br)

* + - 1. Para a B3 - Segmento CETIP UTVM:

**B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO – SEGMENTO CETIP UTVM**

Praça Antônio Prado, 48, 2º andar

01010-901 São Paulo, SP

Telefone: 0300-111-1596

E-mail: valores.mobiliarios@b3.com.br

* 1. As comunicações, avisos ou notificações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas por qualquer empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes, sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama, ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente.
  2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela parte que tiver seu endereço alterado.
  3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 12.3 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

1. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. **Renúncia**
      1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
   2. **Veracidade da Documentação**
      1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.
      2. Para prestar os serviços especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao disposto nesta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das deliberações societárias, dos atos da administração ou de qualquer documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido ou venha a ser encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido.
   3. **Independência das Disposições da Escritura de Emissão**
      1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
   4. **Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**
      1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo se às disposições dos artigos 814 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.
      2. As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando seus sucessores a qualquer título e respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.
   5. **Modificações**
      1. Qualquer modificação aos termos e condições desta Escritura de Emissão será eficaz apenas mediante sua formalização por meio de aditamento a ser firmado por todas as Partes, o qual deverá ser devidamente inscrito na JUCEC, nos termos desta Escritura de Emissão.
      2. Fica desde já dispensada a realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou aprovação societária pela Emissora ou pela Garantidora para deliberar sobre: (i) a correção de erros materiais, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético, (ii) alterações a quaisquer documentos da Emissão já expressamente permitidas nos termos do(s) respectivo(s) documento(s) da Emissão, (iii) alterações a quaisquer documentos da Emissão em razão de exigências formuladas pela CVM, pela B3, pela ANBIMA; ou (iv) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima, não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas ou qualquer alteração no fluxo das Debêntures, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.
   6. **Registros**
      1. Caso a Emissora não providencie os registros previstos nas Cláusulas 2.2.1 e 2.3.1 acima, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes para, em nome da Emissora, promover o registro desta Escritura de Emissão e dos respectivos aditamentos, às expensas da Emissora, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. A eventual realização dos registros pelo Agente Fiduciário não descaracterizará o inadimplemento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora, observado o disposto na Cláusula 7.1.2(i) acima.
   7. **Lei Aplicável e Foro**
      1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
      2. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, celebram a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Maracanaú, 10 de julho de 2018.

*(Restante da página foi intencionalmente deixado em branco.)*

*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.)*

NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A.

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Gilberto Bento Schiavinato  Diretor de Marketing da América Latina | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  José Eduardo Boé  Procurador |

*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.)*

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Bruna Souza Noel  Auxiliar Administrativa | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Sonia Regina Menezes  Coordenadora Administrativa |

*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.)*

#### Testemunhas

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  CPF:  R.G.: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  CPF:  R.G.: |

1. Receita ou despesa extraordinária descritas nas notas explicativas do balanço anual do Grupo auditado por empresa de Auditoria Externa, seguindo as Normas Contábeis. [↑](#footnote-ref-2)